



ACÓRDÃO Nº886/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10663/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Edilson Fonseca Gonçalves (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3223/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Edilson Fonseca Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Referente Ao Exercício de 2016.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Edilson Fonseca Gonçalves no valor de **R\$ 8.768,25**, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelos itens 1, 9 e 10 elencadas no Relatório Conclusivo Nº 174/2019-CI/DICAMI (fls. 743/775) com fulcro no art. 54, inciso II, da Lei n.º 2423/96-LOTCE c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/02- RITCE/AM;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº886/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar ciência ao Sr. Edilson Fonseca Gonçalves do teor desta decisão.

Vencido o voto-destaque, proferido em sessão, pelo Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho pela inclusão da fundamentação legal do art 22, III, "b" no item da irregularidade das contas e multa ao gestor com base no art. 308, I a atrasos de balancetes mensais para 2 meses.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Setembro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO

Procuradora-Geral, em substituição